



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CAMPUS SOBRAL**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**JOYCE ALBUQUERQUE PAIVA**

**A PRÁTICA PSICOLÓGICA NO CAMPO DE ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA:  
UMA DISCUSSÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA ATUAL.**

**SOBRAL**

**2017**

JOYCE ALBUQUERQUE PAIVA

A PRÁTICA PSICOLÓGICA NO CAMPO DE ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA:  
UMA DISCUSSÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA ATUAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção de graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nara Maria Forte  
Diogo Rocha

SOBRAL

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P168p Paiva, Joyce Albuquerque.  
A prática psicológica no campo de estudos da deficiência : Uma discussão da literatura científica atual.  
/ Joyce Albuquerque Paiva. – 2017.  
33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,  
Curso de Psicologia, Sobral, 2017.  
Orientação: Prof. Dr. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

1. Atuação psicológica. 2. Deficiência. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 150

---

JOYCE ALBUQUERQUE PAIVA

A PRÁTICA PSICOLÓGICA NO CAMPO DOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA:  
UMA DISCUSSÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA ATUAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção de graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nara Maria Forte  
Diogo Rocha

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Nara Maria Forte Diogo Rocha (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Maria da Glória dos Santos Ribeiro

Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social

Dedico este trabalho à comunidade científica, por acreditar que buscar o conhecimento, partilhá-lo e divulgá-lo são fundamentais para promover reflexões, discussões e atitudes que venham a nos conduzir, enquanto sociedade, à emancipação.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, pela inspiração e poesia que Ele tem investido ao desenhar da minha trajetória; aos meus pais e irmãos, pela compreensão, apoio e parceria de sempre; ao meu amado marido, que além de provocar em mim, a cada dia, o desejo de viver mais, com seu companheirismo, cumplicidade, paciência e todo o suporte em meio às correrias cotidianas, nunca permitiu que o desânimo tomasse conta de mim, fazendo-se sempre para mim, lugar de amor e paz; aos meus filhos, motivos das minhas maiores paixões alegres, potencializadores da minha busca incessante por melhorar, enquanto ser humano, eles são na verdade, minhas referências de amor, fortaleza e reciprocidade; à querida Candy, que só queria estar ali, servindo-me com sua adorável “cãopanhia” durante a elaboração deste trabalho, especialmente nas madrugadas.

Agradeço imensamente a todos os docentes que contribuíram para o meu processo de formação enquanto psicóloga, na pessoa da minha orientadora, quem pacientemente, respeitou o meu tempo, acompanhou-me e instruiu-me com muito zelo até estes momentos finais da graduação.

## RESUMO

Este trabalho é uma discussão de caráter teórico, cuja proposta consiste em realizar uma análise da atuação psicológica no campo dos estudos da deficiência, com base na literatura científica atual. Para se pensar numa sociedade emancipada e isenta de pressões que marcam a vida dos sujeitos, é necessário discutir acerca de questões como a deficiência. Além das áreas de atuação, esta pesquisa buscou identificar as temáticas privilegiadas pelo olhar do psicólogo neste campo, por meio de uma revisão integrativa. As análises obtidas apontaram para duas áreas importantes: inclusão na educação e inclusão no mercado de trabalho. Este trabalho revelou a necessidade de uma atenção, exploração e envolvimento do psicólogo em relação às temáticas relacionadas à pessoa com deficiência, capazes de promover, de forma crítica e criativa, a reflexão e ação da sociedade, com o intuito de instaurar políticas públicas nas instituições e nos diversos âmbitos, contribuindo assim com a inclusão plena.

**Palavras- chave:** Atuação psicológica. Deficiência. Inclusão.

## **ABSTRACT**

This work is a theoretical discussion, whose purpose is to perform an analysis of the psychological performance in the field of disability studies, based on current scientific literature. In order to think of an emancipated society free of pressures that mark the life of the subjects, it is necessary to discuss about issues such as disability. In addition to the areas of action, this research sought to identify the themes privileged by the psychologist's perspective in this field, through an integrative review. The analysis obtained pointed to two important areas: inclusion in education and inclusion in the labor market. This work revealed the need for attention, exploration and involvement of the psychologist in relation to the issues related to the person with disabilities, capable of critically and creatively promoting the reflection and action of society with the aim of instituting public policies in institutions And in the various spheres, thus contributing to full inclusion.

**Key words: Psychological performance. Deficiency. Inclusion.**

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 – Publicações analisadas .....	17
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>Temáticas privilegiadas e as áreas de atuação do psicólogo .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Inclusão na Educação .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Inclusão no trabalho .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Modelo Teórico .....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

A proposta deste trabalho é fazer um apanhado sobre conceitos e práticas direcionadas à pessoa com deficiência, especialmente no que se refere à compreensão e atuação da psicologia nesse campo, considerando que para se pensar numa sociedade emancipada e isenta de pressões que marcam a vida dos sujeitos, é necessário discutir acerca de questões como a deficiência.

Buscamos entender, a partir de alguns questionamentos: como este saber interpela os sujeitos tidos com deficientes? O que a psicologia compreende como demanda deles? Quais intervenções estão em jogo? No Brasil, ainda há poucos estudos que dirijam uma atenção especial a essa área, sobretudo em disciplinas como a antropologia, sociologia e psicologia.

É possível compreender as variações acerca do tratamento dado às pessoas com deficiência nas Idades Antiga e Média, registrados especialmente nas obras grega e romana, na bíblia, nas artes e noutros registros literários.

Bulfinch (2013, p. 32), apresenta o artista celeste Vulcano, na mitologia romana, Hefesto, ou Hefaístos, na mitologia grega, que era filho da rainha dos deuses, Juno (ou Hera) e de seu esposo, Júpiter: “Nascera coxo, e sua mãe ficou tão desgostosa ao vê-lo que o atirou para fora do céu”.

A educação espartana determinava que a força, a coragem e a obediência eram condições *sine qua non* para aquela sociedade que valorizava a rigidez militar, treinando desde a infância, meninos e meninas. Assim, os defeituosos, fracos ou que apresentassem qualquer inaptidão para a vivência militar eram eliminados em esgotos locais.

Em todos os tempos sempre houve a curiosidade, o espanto ou a indiferença perante pessoas com diferenças marcantes no corpo. E assim, aqueles que apresentam as marcas ou diferenças do que é tido como normal, passa a ser visto como estranho à normalidade ou anormal.

É importante destacar que a economia das sociedades ocidentais na Antiguidade era baseada na agricultura, pecuária e artesanato, estruturada socialmente entre nobres, detentores do poder político, econômico e social; e serviçais, que eram escravos, dependentes economicamente dos nobres. Deste modo, a pessoa com deficiência igualava-se à massa e era

também considerada sub-humano, portanto podia ser abandonada, eliminada, exposta à ridicularizações sem nenhum pudor.

A sociedade judaico-cristã referencia algumas vezes o cego, o manco, o leproso, como aquele marginalizado que vivia aquela condição por um castigo divino, como um mal a ser curado, corrigido, necessitado de um milagre.

Na Bíblia, o evangelista João traz uma passagem sobre um dos questionamentos muito reproduzido ainda atualmente: “Caminhando, Jesus viu um cego de nascença. Os seus discípulos indagaram dele: ‘Mestre, quem pecou, este homem ou seus pais, para que ele nascesse cego?’ Jesus respondeu: ‘Nem este pecou nem seus pais (...)’” (JOÃO 9, 1-3, p. 1397, 2008).

De acordo com Aranha (2001, p. 03), “Com o advento do Cristianismo, a situação se modificou, pois todos passaram a ser igualmente considerados filhos de Deus, possuidores de uma alma e, portanto, merecedores do respeito à vida e a um tratamento caridoso”.

A partir de manifestações e questionamentos em massa a respeito do abuso de poder e do antagonismo entre fé e ação dentro da igreja, que se estendeu por toda a Europa durante a Idade Média, surgiu a Inquisição Católica, a fim de, em nome de Deus, exterminar os hereges e aqueles que estavam possuídos pelo espírito maligno. Pessotti (1984) aponta sobre as cartas papais e suas orientações sobre a identificação e o trato punitivo que deveria ser dirigido a essas pessoas, até que elas confessassem suas heresias. Esse processo provocou uma revolta e, conseqüentemente o rompimento clerical dentro da própria igreja, conduzido por um membro do clero, Martinho Lutero, liderando a Reforma Protestante, que mostrava uma radicalidade perante o desvio religioso, moral e ético.

Todavia, Pessotti (1984) mostra que não houve mudanças quanto à visão que se tinha da pessoa com deficiência, ao narrar sobre o tratamento hostil recomendado a essas pessoas, através de punições, encarceramento e torturas, como meio de expulsar o demônio que habitava aquele corpo, já que, para Lutero e Calvino, tratava-se de um evento metafísico, no qual o homem seria o próprio mal uma vez que estava ou era desprovido de razão ou da graça celestial que reluz a inteligência. Desta forma, a pessoa com deficiência era, na verdade, um ser diabólico.

No século XVI, junto com a Revolução Burguesa veio a revolução das ideias. Em meio a tantas mudanças como a derrubada da monarquia e com o advento do capitalismo

mercantil, o novo modo de produção que ora se instalava, promovendo uma nova estrutura social, econômica e política, suscitou também mudanças no que se refere à visão da igreja sobre o homem e a sociedade.

Simultaneamente às transformações da época, o homem passa a ser visto não somente a partir da metafísica, mas também considerando uma visão organicista, que atribuía a deficiência a fatores ambientais. Assim, deu-se a emergência dos primeiros hospitais psiquiátricos, que funcionavam num sistema rígido e se multiplicaram rapidamente, entretanto voltava-se mais ao confinamento do que ao tratamento.

O desenvolvimento do capitalismo comercial nos imputou algumas reflexões. Dentre elas a ideia de que a natureza traz em suas manifestações, múltiplas variações. Ao negar esta multiplicidade, o ser humano expressava como podia sua luta contra a natureza, na ânsia de evitar que essas diferenças passassem a fazer parte da sociedade. Daí passou-se a repercutir a ideia de que os sujeitos não são iguais e que era necessário respeito às diferenças, o que desencadeou um avanço significativo na educação, filosofia e medicina.

O final da década de 60 foi marcado, especialmente nos Estados Unidos, pela mobilização estudantil e por lutas em busca dos direitos civis, contrapondo-se às participações políticas tradicionais, que não se sustentavam mais. Os movimentos e reivindicações supracitados vieram a confrontar a subjetividade individual e a noção moderna liberal de cidadania, ratifica Martins (2016, p. 170):

Denuncia-se aí como a universalização dos sujeitos operada pela noção cidadania, sintetizada no princípio da igualdade de todos perante a lei, esmaece a diferença que reside na subjetividade dos indivíduos, nas suas narrativas pessoais, nas suas reflexividades, nas suas orientações sexuais, na diferença sexual, nas identidades adscritas à diferença dos seus corpos, etc.

Surgiram nesse meio, movimentos de lutas das pessoas com deficiência, os quais tomaram grande proporção e passaram a ser enxergados com especial atenção.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por um bombardeio de movimentos e organizações reivindicatórios, os “novos movimentos sociais” que militavam contra as variadas formas de opressão que os sujeitos viviam e trouxeram para o cenário político as relações de poder exercidas no cotidiano que perpassavam o público, o privado e as relações culturais. Em 1974 os britânicos voltaram-se aos conceitos modernos acerca da deficiência e criaram a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), uma organização direcionada às pessoas com deficiência.

Outros dos movimentos também tiveram a participação de sobreviventes da guerra e de seus familiares. Concomitantemente, deu-se a instauração do projeto de viabilização das pessoas com deficiência à cultura universitária. Foi também quando eclodiu o modelo nomeado biomédico, que de acordo com Diniz (2007), compreende a deficiência como um fenômeno na esfera da patologia ou da anormalidade. A partir de então, surgiu uma diversidade de formas da sociedade compreender a pessoa com deficiência, passando pelos processos de estratégias educacionais, institucionalização e tratamentos biomédicos.

Um marco nos estudos sobre as pessoas com deficiência foi a noção que Goffman (2004) apresentou sobre o estigma, isto é, a situação onde do o indivíduo é ou está inabilitado para a plena aceitação social, ou seja, o sujeito não corresponde, desvia-se do que ele supostamente deveria ser. O autor bem ilustra sobre a delicada relação entre atributo e esteriótipo para tratar das perspectivas e tipos de estigma,

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo, as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas de raça, nação e religião, que pode ser transmitido através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 2004, p. 7)

O termo estigma ou designações similares camuflam em si uma dupla perspectiva: uma evidencia no sujeito, antes mesmo da sua condição de ser humano, sua característica distintiva, reconhecida ou notória, deixando-o na qualidade de desacreditado; a segunda perspectiva não é claramente perceptível ou é desconhecida pelo outro, onde o indivíduo fica na condição de desacreditável.

Um modo de se compreender como a deficiência se consolida, de acordo com Goffman (2004), uma vez que os membros de uma sociedade cumprem um acordo tácito acerca das normas e condutas que devem reger determinada cultura. Os que se encaixam no regimento são denominados normais, já os que se desviam por algum motivo evidente ou não, passam à condição de estigmatizados. Este autor elucida acerca da estreita relação que se estabelece entre norma e desvio, acrescentando que há um esforço demasiado, tanto por parte da sociedade, quanto do desviante, em consertar a ruptura instaurada a partir das deficiências de alguns de seus membros, de modo que os permitam se aproximar o quanto for possível, da normalidade. Os estigmas, que figuram a pessoa com deficiência como aquele que foge à representação da sociedade, ao belo, ao perfeito, mas é atribuído à limitação, incapacidade, ao

castigo, àquele que têm sido largadas à sua sorte, longe de ser uma expressão do humano em sua diversidade.

Com a participação ativa da população, a hegemonia do modelo biomédico passou a ser questionada, criticada teórica e politicamente, enquanto as ciências sociais foram se estruturando como narrativa alternativa, outro recurso para compreensão da deficiência, culminando na formação do modelo social da deficiência. A tese deste modelo exprime que a deficiência estava para além da lesão corporal; fazendo-se imperativo enfrentar a deficiência como uma questão pública, devendo ser uma questão de toda a sociedade: em suas barreiras estruturais, políticas, econômicas, sociais e atitudinais, de modo a permitir o pleno ir e vir das pessoas com deficiência. De tal modo, as noções de invalidez e fatalismos começaram a ser mais discutidos e a pessoa com deficiência passou a preencher lugares dos quais eram excluídos.

Este modo de teorizar sobre as deficiências foi criticado por não traduzir a perspectiva das pessoas com deficiência e sim as marcas das representações de uma sociedade capacitista. O capacitismo, conforme Pereira (2006), trata-se da tirania de uma sociedade que se julga “capaz”. É uma noção derivada do modelo social de deficiência que entende que na modernidade, a pessoa com deficiência sofre discriminações provenientes de uma hierarquização híbrida promotora da desigualdade, especialmente pela falta de acesso ao mercado de trabalho, e exclusão. Mello (2016) define o “capacitismo”, oriundo da expressão em inglês “*ableism*”:

está focalizado nas supostas capacidades das pessoas sem deficiência como referência para mostrar as supostas limitações das pessoas com deficiência. No *ableism*, a ênfase é colocada nas supostas pessoas capazes, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas normais. (MELLO, 2016, p. 3267)

De acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Brasil, 23,9% da população total, apresenta algum tipo de deficiência, seja de ordem visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Destes, 21,2% são homens e 26,5% são mulheres, onde 84,6% dessas pessoas vivem em áreas urbanas e 15,6% em áreas rurais. A taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiências, caiu de 13,6% para 9,5%, especialmente entre as mulheres, quando comparada ao Censo de 2010.

Nossa história tem registrado nos indicadores sociais do Brasil diferenças entre as regiões. Com o direito das pessoas com deficiência o padrão foi seguido. Quanto à taxa de

alfabetização das pessoas de 15 anos de idade ou mais, a Região Nordeste registrou a menor taxa, 69,7% e, a maior taxa, 88,2% foi na Região Sudeste.

Entretanto os maiores problemas que as pessoas com deficiência têm enfrentado no exercício de seus direitos é um problema de todos: o cumprimento do que determina os direitos humanos a partir da não discriminação, e sustentada nos pilares da igualdade de oportunidade, poder decidir sobre a própria vida e segurança para exigir os direitos. Assim,

O desenvolvimento sustentável do país depende da inclusão de todas as pessoas, do trabalho de todos, não sendo permitido que indivíduos ou grupos fiquem fora do processo. Um meio ambiente adaptado às diferenças permite que as pessoas com deficiência realizem suas aspirações, seus desejos e seu desenvolvimento pleno. Além disso, para que os direitos humanos sejam realizados de forma universal, os tratados internacionais de direitos humanos precisam ser observados por uma estrutura de monitoramento e um sistema judicial efetivo. (CARTILHA DO CENSO 2010 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, p. 26, 2012).

Para pensarmos em prática psicológica voltada ao campo da(s) deficiência(s), é interessante resgatar o que consta no Art 1º da Lei nº 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando reza que se destina a “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p. 08), destacando ainda a compreensão que se deve ter de pessoa com deficiência, isto é, aquela que tem dificuldades, que se estendem por longo prazo, sejam de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Deste modo, é de muita valia conhecer e questionar o modo como tem se pensado ou ainda, o que tem sido dito ou praticado no campo da psicologia acerca da(s) deficiência(s), a fim de reunir dados capazes de subsidiar a melhor atuação do psicólogo diante dessa realidade e da eliminação ou minimização de barreiras, “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos” (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p. 09 e 10), que venham a dificultar ou impedir a plena e efetiva participação da pessoa com deficiência na sua vida ordinária.

A partir da melhoria da qualidade na educação e cumprindo do que a nossa Constituição estabelece nessa direção, onde sejam disponibilizadas todas as condições necessárias para que todos os cidadãos sejam transformados e transformadores, podemos falar numa sociedade capaz de conviver com as diferenças, sem que estas se tornem a própria identificação do sujeito.

Todavia, devemos destacar que as deficiências existentes estão para além das modalidades física, mental, intelectual ou sensorial, mas elas se presentificam também no ambiente em que a gente vive, seja nas calçadas, nas ruas, nos transportes públicos, nos custos elevados de materiais, medicações e serviços voltados à pessoa com deficiência, na acessibilidade de modo geral etc.

Algumas mudanças são necessárias, não porque são causas da pessoa com deficiência, mas porque é uma causa humana, já que a pessoa com deficiência é primeiramente um ser humano. Sendo assim, pensar em tornar nossa sociedade mais igualitária não é pensar que essa benesse se restringirá somente à pessoa com deficiência, mas a sociedade como todo.

Deste modo, nossa problematização segue fundamentada nas seguintes questões: como se orienta a prática do psicólogo? Que princípios a regem? Há uma concentração em alguma área da psicologia? O que apontam os resultados dos trabalhos?

Temos como objetivo geral problematizar a prática psicológica com relação à pessoa com deficiência na literatura científica atual, e como objetivos específicos:

1. Discutir as áreas de atuação e temáticas privilegiadas pelo olhar do psicólogo;
2. Identificar os modelos teóricos que fundamentam essas práticas;
3. Discutir os problemas analisados nos artigos.

Nossas hipóteses são:

1. Há uma concentração de trabalhos voltados à área educacional e à temática da inclusão e menor evidenciação das questões de acessibilidade urbana;
2. Há uma ênfase no modelo social, com concepções de deficiência a partir do encontro com a sociedade.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste trabalho foi a Revisão Integrativa, a qual, em consonância com Crossetti (2012), dirige-se a sintetizar o que já é conhecido a partir de resultados de pesquisas já realizadas acerca de determinada temática, onde o pesquisador busca compreender todos os estudos relacionados a um fenômeno específico, investigando a qualidade do que é conhecido, com base em obras científicas publicadas em um determinado

período, e passa a orientar a sua busca nessa literatura a partir de um recorte estabelecido em sua questão norteadora, que focará no que deve ser conhecido e, como consequência, passa a se debruçar a elaborar as conclusões do conteúdo literário selecionado. Estas conclusões gerais sobre o problema são possíveis doravante o resumo dos dados e da comparação entre eles.

A condução da pesquisa se deu em 2017, através de consulta às bases bibliográficas eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVSaúde) e Scielo. Os descritores empregados em língua portuguesa foram: atuação psicológica; deficiência; inclusão. Conforme a pré-definição dos critérios, foram selecionados artigos publicados nas fontes de dados supracitadas no período de 2015 a 2017. As buscas foram realizadas nas bases de dados exclusivamente por uma pesquisadora. Os documentos foram submetidos à análise e foram categorizados a partir dos critérios: data, descritores e autorias de psicólogos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela a seguir foi construída a partir dos artigos encontrados na busca realizada conforme tais critérios, e inicia o tópico dos resultados e discussão.

Tabela 1- Publicações analisadas.

Nº	Ano	Banco de dados	Título	Autores	Referencial teórico	Metodologia
1	2015	BVSaúde	Inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professoras de escolas regulares e especial	ARRUDA, I. V.; CASTANHO, M. I. S.	Perspectiva sócio-histórica	Levantamento
2	2015	BVSaúde	Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências.	PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLI, P. F.; TORRES, C. C.	Perspectiva sócio-histórica.	Pesquisa de campo

<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Banco de dados</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Referencia l teórico</b>	<b>Metodologia</b>
3	2015	BVSsalud	A formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian	BRAUN, P.; NUNES, L. R. P.	Perspectiva histórico-cultural	Pesquisa-ação
4	2015	BVSsalud	Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência.	CARVALHO-FREITAS, M. N. et al.	Não especificado	Levantamento
5	2015	BVSsalud	Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual.	MAIA, A. C. B.	Não especificado	Pesquisa bibliográfica
6	2016	Scielo	Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar.	BRAZ-AQUINO, F. S.; FERREIRA, I. R. L.; CAVALCANTE, L. A.	Não especificado	Estudo de campo
7	2016	Scielo	Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar.	LIMA, A. et al.	Perspectiva histórico-cultural	Pesquisa-ação
8	2017	Scielo	Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlces e desenlaces.	CAMARGO, E. P.	Desenho universal	Pesquisa bibliográfica
9	2017	Scielo	Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual.	REDIG, AG; GLAT, R	Modelo de trabalho customizado	Pesquisa-ação

Fonte: Elaborada pela autora.

As análises apontaram para dois grandes focos que serão discutidos a seguir. São eles: as áreas de atuação que os psicólogos têm privilegiado como alvo para tematizar a questão das deficiências; e uma identificação dos modelos teóricos relativos à deficiência que tem fundamentado suas pesquisas e práticas.

### **3.1 Temáticas privilegiadas e as áreas de atuação do psicólogo.**

Neste tópico discutiremos as áreas que foram privilegiadas. Entre elas foram apresentadas as áreas da Educação e do Trabalho.

#### **3.1.1 Inclusão na Educação**

As análises permitiram verificar dentre o material coletado, que a temática mais discutida foi a da educação inclusiva, estando presente em 77% dos trabalhos analisados. A seguir vamos apresentar um pouco mais detalhadamente do que trata cada trabalho.

Em “Inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professora de escolas regulares e especial”, de Arruda e Castanho (2015), foram abordadas temáticas acerca da inclusão da pessoa com deficiência mental em escolas regulares e especiais, a partir das perspectivas e sentidos elaborados por uma amostra de professores. Estes autores citam alguns fatores relevantes para argumentar o fato de alguns autores serem desfavoráveis à inclusão, nos moldes apresentados em nosso sistema, onde a inclusão não é pensada de forma coletiva, mas se volta apenas às pessoas com necessidades educacionais especiais; citam o conhecimento precário dos professores quanto ao trato das questões relacionadas à pessoa com deficiência; apresentam que a aprendizagem ainda está centrada na figura do professor e salientam que os alunos não são compreendidos como colaboradores no processo ensino aprendizagem; a comunicação deficitária entre pais e escola, representada pela direção, coordenação e professores e, por fim, evidencia que a escola presta obediência à força da lei de incluir alunos à educação, mas ainda tem seus alicerces comprometidos, como supracitados.

Já em “Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar”, de Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016), verificamos a reflexão sobre a educação inclusiva efetiva. Estes autores apontam a potencialidade que a Psicologia educacional pode se tornar:

a partir da conscientização dos psicólogos sobre o papel que podem desempenhar frente à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nos contextos educacionais, bem como de sua importância para mobilizar reflexões e ações por parte de agentes escolares e familiares no sentido de repensar e romper com generalizações, homogeneizações e estereótipos referentes a crianças com necessidades educacionais especiais. (BRAZ-AQUINO, 2016, p. 259).

Deste modo, vemos a necessidade de ressignificação da educação especial, devendo esta passar a ser compreendida como um processo integrado, em contraposição às práticas isoladas

adotadas pela atual política de educação inclusiva, onde profissionais da educação regular e da educação especial, pessoas com e sem deficiência, repensem a escola, com seus currículos e metodologias acessíveis a todos os alunos, sem exceção. Assim, esperamos que a Psicologia escolar atue de modo a contribuir com a superação dessa visão individualizante que ainda perdura.

Em “A formação de conceitos em aluno com deficiência intelectual: o caso de Ian”, de autoria de Braun & Nunes (2015) analisamos a pesquisa-ação orientada pela perspectiva histórico-cultural na investigação da formação de conceito em no aluno com deficiência intelectual identificado por Ian. As autoras elucidam que as respostas esperadas para as resoluções de atividades apresentam diferentes níveis quanto à elaboração, entre alunos com deficiência intelectual e sem deficiência. Contudo, enfatizam que mesmo sendo elaborações “empobrecidas”, quando não são compreendidas como base para que avancem para estruturas mais complexas, correm o risco de não se desenvolverem mesmo, já que:

o investimento necessário para que Ian ultrapasse uma ação mental elementar é muito mais intenso, em comparação com outros alunos sem a deficiência intelectual. Na falta desse investimento e intensidade, muitas vezes a justificativa para a não aprendizagem acaba sendo a deficiência do aluno, quando na verdade são as deficiências do contexto e dos apoios apresentados ao aluno. (Braun & Nunes (2015, p. 86)

Notamos que, enquanto um “outro” permaneceu atuando junto ao aluno, enquanto mediador simbólico entre o conhecimento que ele já detinha e o que se pretendia adquirir, proporcionando-lhe ambiente e recursos favoráveis, houve possibilidade de avanço. O aluno não desistiu, mesmo quando foi desafiado a construir um enunciado matemático no plano da escrita. Na ausência dessa outra pessoa como mediador da aprendizagem, o aluno com deficiência intelectual, apresentou maiores dificuldades.

Apesar de Ian estar galgando progressivamente, constatamos que a aprendizagem foi encaminhada, mas ainda não foi concluída. O aluno ainda precisará das mediações, do outro e simbólica, até que internalize a condensação das operações, compreendendo que a multiplicação é uma abreviação da soma de parcelas repetidas e consiga transferi-las para a dimensão da linguagem, bem como reorganizar a capacidade de contar mentalmente.

Já no artigo “Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência”, de Carvalho-Freitas et al. (2015), destacamos demandas referentes à formação de docentes, direcionando-se especialmente ao contato inicial com a inclusão. Observamos que o maior empecilho que se sobrepõe à inclusão escolar se situa no despreparo dos educadores,

extensivo aos demais agentes escolares. Carvalho-Freitas et al. (2015), por sua vez, articulam que a base-mestra em cursos de formação de docentes para a educação especial consiste na orientação médico-psicológica, determinada em aspectos biológicos e da funcionalidade da pessoa com deficiência.

No trabalho “Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual”, de autoria de Maia (2015), consideramos interessante a pauta sobre a necessidade da implementação da educação sexual votada à pessoa com deficiência, no âmbito escolar. Esta proposta se dá por meio da formação um grupo de pequenos de alunos com deficiência intelectual, não importando se há diferença entre níveis cognitivos, objetivando estimular o trabalho com e na diversidade, conduzindo-os à realização de diálogos e reflexões. A ideia é que os alunos se ajudem mutuamente na compreensão do conteúdo e que participem de atividades propostas.

Conforme explicita a autora, as informações deverão ser dadas como instruções individuais, repetidamente, numa linguagem simples, utilizando-se recursos pedagógicos alternativos, como audiovisuais, ilustrações, recursos materiais concretos, para que alunos com deficiência intelectual possam compreender conceitos abstratos. Poderá se utilizar também de situações cotidianas. Todas as atividades deverão ser planejadas com objetivos precisos, de forma organizada e concluída com uma avaliação final para saber sobre a retenção do aprendizado e se pensar nos encontros seguintes.

Todavia esse é um trabalho que requer um trato diferenciado, sobretudo diante dos resultados que ora se apresentam, onde a escola tem mostrado a cada dia que sua estrutura atual, ainda está fundamentada em paradigmas que não mais se sustentam, necessitando que existam configurações anteriores capazes de propiciar no âmbito educacional um ambiente colaborativo capaz de efetivar o trabalho proposto.

No artigo “Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar”, de Lima et al. (2016) observamos o debate sobre a temática da inclusão no ensino superior visando implantação de um serviço de atendimento às queixas escolares. O trabalho “Inclusão social, educação inclusiva, e educação especial: enlaces e desenlaces”, Camargo (2017) trata dos pontos e contrapontos existentes entre estes conceitos a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Dentre os resultados que obtivemos, destacaram-se as seguintes ações desenvolvidas pelo psicólogo escolar: planejamento pedagógico, orientação a docentes e cuidadores, trabalharam o *bullying*/preconceito, encaminhamentos, promoção de encontros e práticas com as crianças com necessidades educativas especiais (NEE).

As pesquisas mostraram em seus resultados que a maioria dos psicólogos acredita ser viável a educação inclusiva. Todavia, esta ainda apresenta muitas barreiras a serem desconstruídas. Alguns psicólogos trouxeram ainda em seu discurso que não aprenderam em sua formação acadêmica, práticas educacionais direcionadas à promoção da inclusão e, vislumbraram a necessidade de melhor embasamento ou preparação teórico-prático para atuarem em função da inclusão, aludindo à necessidade de uma reconfiguração na prática educativa no sistema educacional como todo.

Essas discussões deixam clara a dificuldade que os educadores têm enfrentado dentro do sistema educacional tradicional, a fim de fazerem acontecer, de fato, a inclusão. Daí a existência de divergências entre alguns autores em relação ao posicionamento em favor da inclusão.

O Conselho Federal de Psicologia descreve as atribuições do psicólogo educacional, tanto em instituições formais, quanto nas informais. Em seu exercício, o profissional deve apresentar uma expressão social, moral e útil para o crescimento da comunidade escolar, necessitando, portanto, colaborar

para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. (ATIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO PSICÓLOGO NO BRASIL, 1992, p. 05)

Martinez (2010) vem a contribuir com nossa discussão ao atentar que, enquanto agente transformador, o psicólogo escolar deve buscar realizar seus afazeres através de ações que favoreçam o respeito às diferenças, que promovam reflexões, traçando estratégias interventivas, construindo um ambiente propício à inclusão escolar e social.

A ideia é promover a inclusão em todas as dimensões. Desse modo, o questionamento sobre a quem determinada(s) ação(ões) irá ou irão beneficiar, cai por terra, uma vez que todos serão contemplados. Isto deve se estender aos espaços físicos e simbólicos, constituindo-se

como prática social, abrangendo espaços físicos, de trabalho, lazer, educação, cultura e comportamentos atitudinais, almejando assim a efetivação da inclusão. Não é possível se falar numa educação inclusiva sem que esta seja acessível a todos: pessoas com e sem deficiência, crianças, idosos, independente do gênero, independente de suas diferenças.

As questões da educação continuam como desafios no ingresso e permanência no mercado de trabalho, como veremos a seguir. Este é também um campo onde a inclusão permanece como um esforço a se realizar com maior empenho.

### **3.1.2 Inclusão no trabalho**

Paiva, Bendassolli & Torres (2015), em “Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiência”, direcionaram seu olhar para a relação da pessoa com deficiência e seu trabalho, sobretudo no que tange à construção e atribuição de sentido e significados. Como os autores se orientaram nas perspectivas sócio-histórica e clínica da atividade, a distinção entre significado e sentido foi fundamentada na perspectiva vigotskyana.

A perspectiva da clínica da atividade, com base no paradigma da ergonomia, diferencia tarefa de atividade, conceituando tarefa como uma exigência dirigida ao sujeito para que ele cumpra, individualmente, de maneira correta, o que está por se fazer. Já o conceito adotado para atividade conforme descrevem os autores Paiva, Bendassolli & Torres (2015, p. 223): “a atividade possui uma dimensão pessoal (projetos, desejos, sentidos), impessoal (o prescrito), interpessoal (as relações), e transpessoal (referindo-se a um gênero profissional)”.

A investigação contou ainda, como coleta de dados, com a técnica de criação fotográfica realizada pelos próprios participantes da pesquisa. Percebemos que este recurso propiciou ao grupo pesquisado, a partir da posição de observador de sua própria atividade, elaborar sobre sentidos e significados atribuídos a ela, a partir de cenas, situações, objetos, como forma de materializar sua atividade.

Paiva, Bendassolli & Torres (2015) apresentaram quatro núcleos de significação centrais, emergentes da linguagem da amostra, em entrevista. Dentre eles, presente em quase 100% das entrevistas, o trabalho foi compreendido como uma necessidade, vinculado à subsistência. Outros atributos dados ao trabalho para as pessoas com deficiência, de acordo com os autores, estava associado ao prazer, isto é, o prazer não restrito ao exercício da tarefa, mas perpassando os relacionamentos interpessoais; ao reconhecimento e o salário, e perante esse

dado, achamos interessante resgatar Meletti (2001), quando justifica que esse reconhecimento tem relação com o significado da profissionalização enquanto via de inserção nas relações de produção e consumo; ao trabalho como uma superação, uma vez que a superação foi percebida no fato de se conseguir executar tudo o que outras pessoas realizam no trabalho, ainda que algumas tarefas específicas sejam cumpridas com jeito e ritmo próprios, de modo a superar seu próprio estigma de deficiente.

Paiva, Bendassolli & Torres (2015) identificaram ainda que trabalhar no serviço público lhes confere uma garantia, certa estabilidade. Supomos que este raciocínio se deve, a partir das narrativas, que há uma busca maior por uma posição estável, com maiores garantias e menor pressão do que a empenhada por empresas privadas.

Prandi et al. (2012), ao apresentar que ser excluído do mercado de trabalho formal pode desencadear um desgaste psicológico para o trabalhador, concorda com Paiva, Bendassolli & Torres (2015) quando concluem que o sentido de estar desempregado passa a ser mais um estigma que a pessoa com deficiência terá de enfrentar além dos referentes à sua “condição”. A atividade laboral confere ao sujeito ao sujeito uma forma de ser no mundo. Sendo assim, o impedimento do trabalho, especialmente pelo motivo apresentado na pesquisa, torna-se gerador de adoecimento físico e/ou psicológico.

Alguns impedimentos e estratégias de superação foram evidenciados por meio das fotografias na investigação de Paiva, Bendassolli & Torres (2015). Dentre eles surgiram situações como: o trabalho esvaziado, os impedimentos (in)visíveis, a voz calada.

Paiva, Bendassolli & Torres (2015) mostram em seus resultados que os sentidos atribuídos ao trabalho estão intimamente ligados à história de vida dos participantes. O sentido, sendo algo construído individualmente a partir da trajetória de cada um, influenciada por aspectos históricos, sociais, culturais, afetivos, obviamente mostrou diferentes imputações. O sentido de superação, por exemplo, adquiriu alguns caracteres que foram desde a possibilidade de trabalhar numa relação de equidade com pessoas sem deficiências, ao fato de conquistar um espaço na sociedade, como ter um emprego no serviço público. Quanto às estratégias de superação também se mostraram variadas, a depender do impedimento que ora se apresentava como dificuldade para realização do trabalho.

Identificamos nessa análise que embora alguns percalços tenham se manifestado como impedimento à efetivação do trabalho, os colaboradores reagiram através de estratégias

desenvolvidas por eles mesmos a fim de viabilizarem a realização da atividade laboral. Outro aspecto que acreditamos ser relevante pontuar é que esses impedimentos podem ganhar potencial de adoecimento no trabalho, entretanto, eles não se restringem, necessariamente, às pessoas com deficiência.

Notamos que o sujeito, ao sentir que sua função social mediada pelo trabalho está sendo cumprida, passa a ver seu desenvolvimento e sua integração aos demais colegas de trabalho, experimentando vivências sociais de inclusão, muitas vezes propiciadas pela lei de reserva de vagas laborais. A pesquisa de Paiva, Bendassolli & Torres (2015) foi realizada com servidores de uma única instituição de ensino superior pública e traçou um perfil de trabalhador com deficiência diferente do retratado no Censo 2010 (IBGE, 2012), que apresenta a população de pessoas com deficiência com escolaridade e salário inferiores ao da amostra. Portanto, não é possível generalizar os resultados obtidos na pesquisa em questão.

Está claro que a lei de reserva de vagas ainda precisar de algumas melhorias para que seja efetivada em sua totalidade, conforme nos mostra a literatura, quando denuncia que as empresas ainda admitem pessoas com deficiência, essencialmente pela obrigatoriedade da lei e em razão da fiscalização.

Os resultados assinalam que a profissionalização é uma alternativa ao ócio, ressaltando que muitas vezes o trabalhador enxerga a profissionalização como o único projeto no qual podem se inserir, em consequência da condição de deficiente que lhe é conferida.

A profissionalização do indivíduo com deficiência mental vem sendo amplamente discutida no âmbito da Educação Especial, a partir do pressuposto de que o trabalho constitui-se em uma via de integração social da população com deficiência mental e, conseqüentemente, em uma forma de minimizar os problemas que a afligem. Os serviços profissionalizantes são considerados uma parte do processo de formação do indivíduo com deficiência mental, representando uma escala a mais em sua trajetória educativa. (MELETTI, 2001, p. 78)

Redig & Glat (2017) em consonância com o que já foi exposto aqui apresentam que o trabalho está para além de uma questão econômica, mas se estende ao lugar que o sujeito ocupa na sociedade. Entretanto, sua pesquisa também aponta a existência de barreiras interpostas à pessoa com deficiência, especialmente em caso de deficiência intelectual, para se situar no mercado de trabalho, onde a escolarização e/ou qualificação profissional são poucas, mas também pelo estigma que se constrói em relação à sua capacidade de produção.

O Programa que visa capacitar e incluir pessoas com deficiência intelectual no trabalho proposto por Redig & Glat (2017), vem se sustentando, por apresentar que uma via

importante de inclusão social reside no trabalho e que, por sua vez, afeta o desenvolvimento emocional e social dessa população. Todavia, não podemos deixar de considerar o que Meletti (2001) ratifica quanto à produtividade do sujeito, destacando que no sistema capitalista, o valor do homem se dá na produção de consumo, isto é, ela explicita que, além do sujeito *ser*, é necessário *fazer e ter*.

Sentimos falta no trabalho de Redig & Glat (2017), de esclarecimento quanto à qualificação do instrutor laboral na construção deste programa. Como também não ficou esclarecida a participação do psicólogo nesse processo, considerando que uma das autoras é desta área.

Discutimos a partir do modelo social de deficiência que a deficiência tem sido, ao longo do tempo, compreendida por perspectivas distintas. De acordo com Sena (2012), o modelo médico da deficiência entende a deficiência como um fenômeno singular de ordem patológica ou anormal. Este autor explicita sobre a tendência de se minimizar a deficiência à “inconformidades” no corpo do sujeito como um infortúnio imprevisto, uma fatalidade perante os entraves e constrangimentos que as pessoas com deficiência lidam em seu cotidiano. Uma vez que passam ser vistas de forma naturalizada, simplificadas em experiências privadas, consequências de uma insuficiência corporal, passa, por sua vez, a delimitar as habilidades no indivíduo.

Quando vista como uma desvantagem natural, a deficiência tem na Biomedicina a autoridade sobre o assunto, permitindo a melhoria das condições de vida das pessoas, fazendo uso da intervenção médica. Já para a compreensão da deficiência como uma desvantagem social e um processo de opressão pelo corpo, os instrumentos analíticos e políticos estão nas ciências sociais e, partindo desse pressuposto, a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência seria possível com as adequações nos ambientes sociais, tornando-os inclusivos. (SANTOS, 2008, p. 503)

Em contraposição ao modelo médico que se pautava na “hegemonia da normalidade”, determinando as deficiências como incapacidades, desvantagens, surgiu o modelo social de deficiência, com o propósito de reconhecer o contexto sócio-político da deficiência. Este modelo permitiu compreender que os problemas atribuídos à pessoa com deficiência, não se situavam nas funcionalidades do corpo, mas estavam impregnados nas estruturas sociais. Isso implicou em novas leituras acerca da deficiência, como em termos de identidade, valores que desqualificavam o indivíduo, posição social, dentre outros.

Não faz muito tempo, emergiu um novo modelo de deficiência conhecido por biopsicossocial. Este modelo se fundamenta na Classificação Internacional de Funcionalidade,

Incapacidade e Saúde (ICIDH-2 ou CIF), publicada pela OMS (2001). Martins et al. (2012, p. 48) “A OMS reconhece a deficiência como resultado da interação entre funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação, e fatores ambientais”.

Contudo, no ensaio elaborado por Redig & Glat (2017), enquanto programa educacional especializado para capacitação e inclusão de pessoas com deficiência intelectual no trabalho, não foi mencionada, de forma específica, a atuação do psicólogo naquele processo. Supomos que, tendo como uma de suas autoras, uma psicóloga, o programa, certamente, foi constituído também com a participação do olhar psicológico.

Ivatiuk e Yoshida (2010) observam que os programas de profissionalização deveriam ter um suporte psicológico, uma elaboração emocional, ao passo que intencionam desenvolver atitudes e hábitos para o trabalho.

Acreditamos que a atuação do psicólogo tenha muito a contribuir nesse contexto, apesar de não ter sido citada em momento algum. Dentre algumas contribuições que o psicólogo pode dar, Martinez (2010, p. 45) salienta:

A orientação em relação ao sentido atribuído à sexualidade, à responsabilidade para com o outro, às dúvidas e inquietações sobre desejos e afetos, assim como a contribuição para o desenvolvimento do autoconhecimento, a autorreflexão, a capacidade de antecipar consequências e a tomada de decisões éticas, constituem um objeto significativo do trabalho do psicólogo escolar, tanto na sua expressão individual quanto na grupal.

Como também o psicólogo escolar pode participar no que tange às singularidades do processo de aprendizagem; pode ainda participar da elaboração e coordenação de projetos educativos, como este proposto.

Para isso pensamos ser interessante revisitar os modelos teóricos que os autores utilizaram, de modo a elucidar suas compreensões.

### **3.2.3 Modelo Teórico**

Durante as análises das publicações notamos que a maioria delas trazia em seu conteúdo, pelo menos um modelo teórico para fundamentação da pesquisa.

Identificamos em nossa análise que apesar dos trabalhos de Carvalho-Freitas et al. (2015), Maia (2015) e Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016) terem se constituído, amparados em vários autores para fundamentarem seus argumentos, em nenhum, ficou claro um referencial teórico adotado. Nestes casos, supomos que estes autores podem estar tomando a deficiência

como uma evidência e não como uma construção que ocorre com o indivíduo e seus entorno ou, ainda pode ter sido uma característica do trabalho. Todavia, é importante destacar a importância da explicação, a fim de tornar a exposição compreensível para que seja possível o avanço nas discussões.

A perspectiva sócio-cultural serviu de fundamento teórico para os trabalhos de Arruda e Castanho (2015) e Paiva, Bendassolli & Torres (2015). Estes últimos apresentaram a distinção entre significado e sentido, na perspectiva vygotskyana e também se embasaram na perspectiva clínica da atividade, com base no paradigma da ergonomia, diferenciando tarefa de atividade, elucidando que tarefa se trata de uma exigência dirigida ao sujeito para que ele cumpra, individualmente, de maneira correta, o que está por se fazer. Já o conceito adotado para atividade, conforme descrevem os autores Paiva, Bendassolli & Torres (2015, p. 223): “a atividade possui uma dimensão pessoal (projetos, desejos, sentidos), impessoal (o prescrito), interpessoal (as relações), e transpessoal (referindo-se a um gênero profissional)”.

As pesquisas de Lima et al. (2016) e a de Braun & Nunes (2015) fundamentaram-se na perspectiva histórico-cultural. Esta última para investigação da formação de conceito em um aluno com deficiência intelectual. Como bem elaboraram as autoras, com base no pensamento de Vygotsky, a formação de conceitos resulta de uma atividade complexa que envolve todas as funções intelectuais básicas. Fazem parte do processo, fundamentalmente, a atenção, formação de imagens, a inferência e tendências determinantes, entretanto, estas não são suficientes quando não há o uso do signo ou palavra como mediadores que nos permitam conduzir nossas operações mentais, o controle dos movimentos e nos sirva na solução de problemas.

Nas questões referentes à distinção entre a inclusão social, educação inclusiva e educação especial, a partir das construções de Camargo (2017), onde o autor utiliza como referencial teórico o desenho universal.

Este modelo é norteado por sete princípios: a) uso equitativo, b) uso flexível, c) uso simples e intuitivo, d) na informação de fácil percepção, e) na tolerância ao erro, f) no esforço físico mínimo, g) no dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente.

Redig e Glat (2017), por sua vez elaboraram um programa educacional especializado com vistas a capacitar e incluir pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho fundamentado no modelo da customização.

Esta proposta parte do pressuposto de que as pessoas com deficiência, mesmo as que apresentam grande comprometimento, são capazes de produzir e contribuir com a empresa ou instituição se houver adaptações e/ou suportes adequados em seu local de trabalho. (...) e tem como princípio básico enfatizar as qualidades e aptidões de cada sujeito, adaptando a atividade a ser desempenhada de acordo com sua habilidade. (REDIG & GLAT, 2017, p. 339).

Durante o processo de análise das publicações, foram encontrados alguns desafios, das mais variadas ordens, como comentaremos a seguir.

Foi apontado por Arruda e Castanho (2015) e Carvalho-Freitas et al. (2015) a ausência ou insuficiência na formação de professores e demais agentes escolares para atuação junto aos alunos com deficiência, evidenciando que este despreparo dos profissionais compromete a inclusão efetiva. Deste modo, é interessante incorporar a essa formação, que deve ser continuada, a articulação do pensamento, emoção e ação.

A ausência de laudo também apareceu nos trabalhos de Arruda e Castanho (2015) como um desafio que os profissionais têm de enfrentar, uma vez que o laudo é uma forma de enquadrar o aluno dentro de uma patologia e, pelo que percebemos, os professores e agentes ainda necessitam desse instrumento para atuarem com “segurança” junto ao aluno com deficiência, o que ainda é muito discutido na comunidade científica.

Braun e Nunes (2015) citaram que ainda é um desafio identificar as possibilidades para que o aluno com deficiência intelectual possa conservar informações e conhecimentos adquiridos, considerando que os profissionais e a família precisam reconhecer que a aprendizagem com esses alunos ocorre na presença de um outro que proporcione ambiente e recursos favoráveis. Este desafio não se restringe unicamente à escola. A família também faz parte desse processo, portanto, não pode se furtar de participar conjuntamente com a escola.

Arruda e Castanho (2015) destacaram a carência de material pedagógico apropriado e de ações escolares que contribuam para uma educação inclusiva efetiva, na qual haja disponibilidade de recursos e apoio para implementação de uma proposta inclusiva sistematizada. Nesta direção, Lima et al. (2016), suscitam a questão do rompimento da visão individualizante que a escola ainda mantém em relação ao aluno, com vistas a desconstruir e superar a “qualidade de ensino” imposta no Brasil. A Psicologia escolar deve atuar ativamente, buscando promover a reflexão e participação efetiva de todos no processo de inclusão e exercício da cidadania.

A proposta de Maia (2015) é muito desafiadora uma vez que para que seja possível, exige uma abertura das instituições escolares ao desenvolvimento de uma política clara e coletiva voltada à educação sexual dos alunos com deficiência intelectual, bem como a maturidade da sociedade para lidar com determinadas questões referentes a esse contexto, somados à qualidade da formação dos profissionais envolvidos nesse processo.

O empregador ainda enxerga como um desafio contratar pessoas com deficiência, aptas a preencherem postos de trabalho disponíveis. Por outro lado, nota-se que ainda há carência de recursos humanos especializados em capacitar funcionários com deficiência recém-admitidos.

E por fim, embora não menos importante, a dificuldade em romper com os estigmas relacionados à pessoa com deficiência, entendendo que vivemos numa sociedade diversa e, portanto, cabe a nós, seres humanos (re)descobrirmos nossa humanidade por meio do prazer existente na convivência harmoniosa e equitativa com o que nos parece diferente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Tendo em vista que os objetivos desta pesquisa foram contemplados, a partir de discussões, reflexões, problematizações e análises, dentro do material que tínhamos coletado e da literatura científica atual, sobre algumas questões relacionadas à prática psicológica em relação à pessoa com deficiência, seja na educação, no trabalho e no seu cotidiano, confirmamos nossa hipótese de que a maior parte dos trabalhos analisados se dirigiam à área educacional e à temática da inclusão, enquanto que questões referente à acessibilidade urbana foram, aqui, menos privilegiadas, no entanto não foi possível constatar se há uma ênfase no modelo social, com concepções de deficiência a partir do encontro com a sociedade, já que alguns trabalhos não evidenciaram essa questão.

Certamente ainda há muito que fazer, sobretudo acerca da temática da inclusão, tão presente, tão amplamente disseminada nos discursos atuais, mas ainda a vivida de forma tão distante. Ressaltamos a necessidade de se investigar mais e com maior afinco essa temática, Perante a crise política que arruína nosso país e diante da sensação de impotência que nos invade, cabe a nós, por nossos esforços em busca de melhoria e ética para nossa sociedade, mobilizarmo-nos a fim de restaurar nossa educação e buscarmos torná-la acessível a todos, na certeza de que somente por ela será possível promover a consciência e o exercício da cidadania.

Assim, vemos como oportuno a atenção, exploração e envolvimento do psicólogo às questões relacionadas à pessoas com deficiência, como por exemplo em estudos voltados à políticas de urbanismo e ao preconceito. Por esta perspectiva, o psicólogo não deve se resguardar, mas pelo contrário, deve atuar de dinamicamente, facilitando, de forma crítica, reflexiva e criativa, visando instaurar políticas públicas nas instituições, possibilitando fortalecer o Plano Municipal da Deficiência, em Sobral, trabalhando para que se cumpra de maneira satisfatória, contribuindo com a inclusão plena.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº 21, março, p. 160-173, 2001
- ARRUDA, I. V.; CASTANHO, M. I. S. Inclusão de alunos deficientes mentais em escolas regulares: sentidos produzidos por professoras de escolas regulares e especial. Construção Psicopedagógica, v. 23, n. 24, São Paulo, 2015
- BÍBLIA PASTORAL, Paulus, 2014
- BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-republicacaoatualizada-27086-pl.html>
- BRAUN, P.; NUNES, L. R. P. A formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol.21, n.1, p.75-92, 2015
- BRAZ-AQUINO, F. S.; FERREIRA, I. R. L.; CAVALCANTE, L. A. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, n. 2, p. 255-266, abr./jun. 2016
- BULFINCH, T. O livro da mitologia: A Idade da Fábula. São Paulo: Martins Claret, 2013, 653 p.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva, e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciência & Educação, Bauru, v. 23, n. 1, 2017
- Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, 2012. 36 p. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoacomdeficiencia-reduzido.pdf>
- CARVALHO-FREITAS, A. C. et al. Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. Psicologia & Sociedade, v. 27, n. 1, p. 211-220, 2015
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 1992. 5 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf)
- CROSSETTI, M. G. O. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS), v.33, n.2, jun., 2012
- DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2007
- ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Senado Federal, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2015, 65p.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2004, 124p.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

- IVATUK, A. L.; YOSHIDA, E. M. P. Orientação profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 11, n. 1, p. 9-106, jan.-jun., 2010
- LIMA, A. M. et al. Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar. *Psicologia Escolar e Educação*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 175-177, jan./abr., 2016
- MAIA, A. C. B. Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual. *Desafios contemporâneos da educação*, p. 69-83, 2015
- MARTINEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto*, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar., 2010
- MARTINS, B. S. et al. A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 98, p. 45-64, set., 2012
- MARTINS, B. S. Deficiência, política e direitos sociais. *JURIS*, Rio Grande, v. 26: p. 169-187, 2016
- MELETTI, S. M. F. O significado do processo de profissionalização para o indivíduo com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 7, n. 1, p. 77-90, 2001
- MELLO A. G. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016
- OMS – Organização Mundial de Saúde, International Classification of Functioning, Disability and Health: CIF. Genève: World Health Organization, 2001. Disponível em: [http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF\\_port%202004.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port%202004.pdf)
- PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, C. C. Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 218-239, 2015
- PEREIRA, A. B. O Corpo(-) Sentido: Reflexões sobre “Deficiência” e Doença Crônica. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrônica do Programa de Doutorado Pós-Colonialismo e Cidadania Global*, n.2, 2007. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>
- PESSOTTI, I. *Deficiência Mental: da superstição à Ciência*. São Paulo: T.A Queiroz, Editor, Ltda., 1984
- PRANDI, L. R. A exclusão da inclusão: algumas perspectivas para pensar a deficiência no mercado de trabalho. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 41-50, jan./jun., 2012
- READIG, A. G.; GLAT, R. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 330-355, abr./jun., 2017
- SANTOS, W. R. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 501-519, 2008
- SENA, B. M. Deficiência, política e direitos sociais. *JURIS*, Rio Grande, v. 26, p. 169-187, 2016